

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

NOTÍCIAS DA ACTIVIDADE CULTURAL. III SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA DO NOROESTE PENINSULAR. PROTECÇÃO DE MONUMENTOS MEGALÍTICOS. UM EXEMPLO.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da; CUNHA, Ana Maria C. Leite da

Ano: 1984 | Número: 94

Como citar este documento:

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da; CUNHA, Ana Maria C. Leite da, Notícias da Actividade Cultural. III Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. Protecção de monumentos megalíticos. Um exemplo. *Revista de Guimarães*, 94 Jan.-Dez. 1984, p. 328-338.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Protecção de monumentos megalíticos — um exemplo

Por EDUARDO JORGE LOPES DA SILVA
ANA MARIA C. LEITE DA CUNHA

1 — INTRODUÇÃO

Em princípio, toda a escavação arqueológica deverá incluir, como tarefas complementares, um plano de protecção e a perspectiva de publicação, a curto prazo, dos resultados obtidos. Nem uma coisa, nem outra, contudo, é sempre realizada, ainda que as entidades competentes venham, ultimamente, insistindo para que tal aconteça (embora o assunto seja passível de controvérsia, no tocante à entidade a quem devem ser cometidas tais responsabilidades). O que é certo, porém, é que se vai tomando consciência, finalmente, de que, de uma forma genérica, o património cultural de qualquer país se encontra em perigo, de tal modo que, organizações internacionais, como a UNESCO, começam a encarar essa realidade de forma coerente e activa. Assim, no *Preâmbulo da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, afirma-se que «le patrimoine culturel et le patrimoine naturel sont de plus en plus menacés de destruction non seulement par les causes traditionnelles de dégradation, mais encore par l'évolution de la vie sociale et économique qui les aggrave par des phénomènes d'altération ou de destruction encore plus redoutables».

A necessidade de protecção de qualquer monumento é, pois, nos dias de hoje, uma obrigação que se impõe de uma forma tão nítida, que fica à margem de qualquer eventual contestação. E assim é, porque a sensibilidade colectiva se foi apurando em ordem a um respeito maior pelo passado, pela «memória colectiva de um povo» — de que somos herdeiros e de que temos de deixar testemunho.

A questão está em reflectir sobre a adequação das várias propostas de protecção, sem omitir toda uma série de soluções que lhe estão intimamente ligadas.

Em termos gerais, a sugestão que apresentamos não é, felizmente, única. No entanto, como se verá ao longo da exposição, parece-nos que algo de novo há a propor, através de um testemunho já devidamente testado no terreno.

2 — A PROBLEMÁTICA

Como se sabe, o conceito de Arqueologia está hoje suficientemente dilatado, abrangendo uma multiplicidade enorme de vestígios do passado. Temos, pois, de aceitar, como consequência, a problemática específica ligada a cada intervenção arqueológica, implicando técnicas e métodos muito próprios. Se assim é no tocante ao estudo do sítio arqueológico, outro tanto sucede em relação ao tipo de protecção a usar.

No caso do megalitismo, mais propriamente no estudo de dólmenes, a moderna metodologia aplicada na escavação de uma *mamoia* determina que estes monumentos funerários sejam escavados no seu todo, isto é, a área de escavação abrange não só a câmara dolménica, mas também o *tumulus*. Para se compreender a concepção e arquitectura do monumento é necessário que, em áreas prefixas, a escavação atinja o solo de base, para o que se terá de desmontar uma parte do manto pétreo que recobre a *mamoia*. Neste caso, é forçoso, portanto, eliminar uma área do monumento — o que impõe um maior rigor em todo o trabalho de campo, o que traz, como consequência, certos particularismos a ter em conta no decurso das tarefas de protecção.

Entretanto, uma outra questão, por vezes, se levanta: a quem compete estabelecer as acções de protecção? O artigo 4.º da Convenção atrás citada, preceitua: «L'obligation d'assurer l'identification, la protection, la conservation, la mise en valeur et la transmission aux générations futures du patrimoine culturel et naturel situé sur son territoire lui incombe au premier chef».

3 — A PROTECÇÃO

A protecção de um monumento não pode ser um acto displicente, não pode consistir na simples e cómoda outorga a um empreiteiro de uma acção que tem implicações mais complexas do que à primeira vista poderá parecer. Uma protecção consciente e moderna passa, na base, por uma visão que tem a ver com uma filosofia de fundo, a ser assumida, quer pelo arqueólogo, quer pela Autarquia e pelo Estado.

Certos aspectos, como o enquadramento paisagístico, género de protecção, tipo de materiais a usar, delimitação de espaços, concepção de placas identificadoras, organização de percursos temáticos, trilhos guiados, escolhas de textos para painéis interpretativos ou informativos, etc., têm de ser estudados em pormenor, com tanto mais cuidado quanto hoje, aquela

filosofia de fundo tende a criar, um pouco por todo o mundo, a ideia de *Museus ao Ar Livre* ou *Eco-museus*.

Com efeito, e voltando ao caso particular desta exposição, uma necrópole dolménica só se assume em toda a sua plenitude se for integrada no espaço natural em que se insere. A área de dispersão, o terreno típico em que, regra geral, se implanta, as relações morfológicas entre diversos núcleos, o potencial humano que terão mobilizado, as zonas de fornecimento de matéria prima, a sua própria orientação — eis algumas das particularidades que só poderão ser apreendidas se pudermos observar o monumento no seu contexto, na sua ambiência natural, que se deseja tão próxima dos tempos coevos à sua construção quanto possível.

3.1 — *A geografia do terreno*

No Norte de Portugal (e é aqui que o exemplo presente se insere), os monumentos megalíticos surgem, por via de regra, em pequenas *chãs*, quase sempre situadas em elevações de altitude média. Muitos exemplos apontam para locais distanciados de povoações e afastados das principais vias de acesso. A altitude, os ventos dominantes, as amplitudes térmicas, os declives dos terrenos adjacentes devem ser factores de ponderação aquando da escolha dos materiais de protecção, bem como o povoamento animal e vegetal.

3.2 — *Tipos de protecção*

As opiniões parecem dividir-se. Se bem que a maioria dos monumentos deste género escavados nos últimos anos vejam a sua protecção (os que a têm!) restringida a uma simples cercadura de rede, enquanto tudo o mais se vai esboroando a cada Inverno que passa, alguns outros mostram parte da estrutura coberta de terra, a fim de, por este processo, se poder conter as pedras de pequeno porte que, habitualmente, constituem a carapaça do *tumulus*. Há ainda quem complete esta acção com o lançamento de sementes de gramíneas, com o intuito de aproveitar o poder de contenção que as raízes sempre produzem. Em certos casos, chega-se mesmo a lançar sobre as áreas escavadas uma terra de coloração diferente (saibro), no intuito de evitar confusões possíveis.

Sendo um processo que atinge os objectivos últimos — a protecção absoluta do monumento — parece-nos, contudo, pecar pelo facto de provocar a ocultação total do megálito, não o recuperando para o chamado *Turismo Cultural*, prejudicando, ainda, a eventualidade de novos estudos. Torna-se evidente que a compreensão integral do monumento deixará de ser conseguida por quem quer que o observe. Por outro lado, subtrai-se à comunidade a visão integral e o entendimento de um testemunho que,

em primeiro lugar, faz parte da história local, da sua cultura, sendo, portanto, seu património preferencial. Em suma, a ideia de «eco-museu» deixaria de ter pura e simplesmente qualquer significado.

Ora, a aposta dos autores é bem outra. A questão que se punha, era: haverá conciliação possível entre *protecção* e *didactismo*? Cremos que é possível essa convergência, e o exemplo que apresentamos disso dará testemunho.

Assim, e em termos gerais, parece-nos preferível uma protecção que, consolidando, embora, as estruturas de conservação mais precária, deixe, todavia, o número de vestígios suficientes para um entendimento cultural do monumento, pelo menos nas suas linhas gerais, afinal aquelas que mais podem interessar a generalidade dos visitantes. Só assim a comunidade poderá fruir o seu próprio património. Só assim as raízes de um passado mais ou menos longínquo se poderão manter vivas, porque sentidas. Só desse modo se poderá manter a importante ligação entre a gente de agora e o povo que já fomos.

3.3 — *Os materiais*

Os materiais que propomos, porque usados com resultados satisfatórios, são: a rede de malha de arame zincado, pequenos pilares de cimento armado (pré-fabricados) e blocos de cimento, de paredes finas. Implantado no lado de melhor *leitura* do monumento, é aconselhável a colocação de um portão, simples armação de ferro, preenchida, também, com rede.

A cor deverá ser, naturalmente, aquela que melhor se enquadre na paisagem. Usámos o verde para a rede e o branco para os postes de cimento. Os blocos foram deixados na sua cor natural, por nos parecer, desse modo, melhor se confundirem com a cor do granito.

As placas interpretativas e informativas foram executadas em alumínio anodizado, trabalho a cargo de uma firma especializada. A cor usada foi o azul, dado que esta cor e o preto são aquelas que melhor resistem à intempérie (a Mamoa 1 da Abogalheira situa-se num local de micro-clima rigoroso). Foram aparafusadas a armações de ferro de secção quadrangular, tratadas a jacto de areia.

Naturalmente que outros materiais podem ser aplicados, com iguais ou até melhores resultados (caso de resinas sintéticas, acrílicos, etc.). As condicionantes de ordem climatérica e económica levaram-nos a testar este material.

3.4 — *A área envolvente*

Ao implantar-se a cercadura de arame, estudou-se a criação de um espaço envolvente mínimo que não afogasse o monumento, mas, ao contrário, permitindo-lhe um destaque adequado, fazendo-o emergir de um espaço

artificialmente criado. Tal espaço permite, simultaneamente, a colocação das placas, bem como a definição de um «corredor» a utilizar em eventuais visitas guiadas (Fig. 1).

4 — A PROTECÇÃO DA MAMOÁ 1 DA ABOGALHEIRA — UM EXEMPLO

Este monumento faz parte de um núcleo de três mamoas, situadas no lugar chamado Lameiro do Espinheiro, a cerca de 300 metros do marco geodésico da Abogalheira, freguesia de S. Simão (Gouveia), Serra da Aboboreira, concelho de Amarante, distrito do Porto (1).

O *tumulus* deste monumento megalítico apresenta a configuração grosseira de uma calote esférica, de contorno sub-elíptico, com os seguintes diâmetros: N/S: 12,20 m; E/W: 11 m. A altura máxima do *tumulus* é de 1,121 m. A escavação foi realizada sob a responsabilidade dos autores, entre 1979 e 1980 (2).

O local é desabrigado, sujeito a ventos fortes e a grandes amplitudes térmicas.

Concluída que foi a escavação, entenderam os autores proceder à protecção do monumento, embora o decidissem fazer de uma forma de algum modo inovadora.

4.1 — A vedação

A vedação ficou constituída por uma cercadura de 25m x 25 m, formada por uma malha de rede de arame zincado, apoiada em pilares de cimento armado, pré-fabricados, fortemente implantados no solo, e com a altura de cerca de 1,20 m. No ângulo SW, foi colocado um portão, sendo uma das chaves depositadas na Câmara Municipal de Amarante (Fig. 2).

Esta vedação ficou colocada cerca de 2,5 m do limite da área escavada, permitindo, assim, a existência de um espaço duplamente funcional, como atrás se deixou dito.

A vedação tem como objectivo primordial evitar a entrada de animais (gado bovino, caprino e ovino) que, diariamente, deambulam pela serra, em busca de pasto. Simultaneamente, desmobilizará, em princípio,

(1) O monumento é definido pelas seguintes coordenadas geodésicas:

Latitude: 41° 11' 24" N; Longitude: 1° 05' 34" E (meridiano do Castelo de S. Jorge).
Altitude absoluta: 940 metros. Cartografia: folha 125 dos S.C.E.

(2) CUNHA, Ana Maria C. Leite da e SILVA, Eduardo Jorge Lopes da, *Escavação da Mamoá 1 da Abogalheira (Serra da Aboboreira — Concelho de Amarante)*, Trabalhos do GIAN, N.º 1, Porto, 1982.

qualquer pessoa que, inadvertida ou voluntariamente, possa danificar a zona escavada. Tal vedação fica, ainda, a assinalar, de forma inequívoca, o próprio monumento, destacando-o da paisagem, mas de forma perfeitamente discreta. A visibilidade para o interior da área protegida é perfeita, de todos os ângulos. Para tal, procurou-se que a altura da rede fosse a mínima possível, tentando diluir na paisagem o conjunto da vedação.

As cores usadas foram as que atrás se indicaram.

4.2 — *A câmara dolménica*

Dos esteios da câmara, apenas três restaram *in situ*. Naturalmente que, após a escavação, estes esteios ficaram isolados, retirado que foi o apoio constituído pela carapaça pétreia e terra do *tumulus*. Havia, portanto, que proceder ao seu escoramento, sob pena de derrube. Rejeitando-se a utilização de toros de madeira (porque perecíveis e porque alteráveis com o calor e a humidade), optou-se pela adopção de fragmentos talhados de vigotas de betão pré-esforçado (Fig. 3).

Um *negativo de esteio* foi protegido usando-se plástico fino que, posteriormente, foi coberto com terra. O plástico foi tenuemente perfurado, a fim de permitir o escoamento das águas pluviais.

4.3 — *A carapaça pétreia*

Perfilhando os pontos de vista já atrás explanados, entendemos que a estrutura deveria ficar minimamente visível. Assim, consolidaram-se com terra as pedras de equilíbrio mais precário, permitindo-se a inteligibilidade da cobertura do *tumulus* por quem quer que, de fora, o observe.

Pela mesma razão não se desmontaram, a quando da escavação, duas estruturas consideradas de grande importância do ponto de vista arquitectónico: a *coroa lítica* e a *cintura de contenção*.

4.4 — *Os cortes estratigráficos*

Obviamente que nos escusamos de encarecer a importância da estratigrafia na moderna investigação arqueológica.

Na escavação dos túmulos megalíticos, porque a potência de terras da *mamoá* atinge uma dimensão considerável, é evidente o esboroamento progressivo das terras subjacentes à carapaça pétreia, levando ao desmoronamento posterior das pedras que a constituem. Vale isto por dizer que não só se perdem elementos de interesse científico, como também se vai operando uma deterioração na morfologia do *tumulus*, dando a impressão, a quem o observe, com mais ou menos atenção, de um amontoado de terra

e de pedras, perfeitamente desconexo, dado o caos lamentável que acabará por patentear.

Para protecção dos cortes estratigráficos da Mamoa 1 da Abogalheira utilizaram-se muretes de blocos de cimento, de paredes finas, levantados a alguns centímetros dos referidos cortes. Este espaço foi, de seguida, preenchido com areia de grão médio (Fig. 3). Este processo, que julgamos ter sido usado pela primeira vez em monumentos deste género, permite evitar os danos de maior monta na destruição do corte, especialmente nas zonas onde a espessura de terra é maior, e admite que, a todo o tempo, a análise estratigráfica possa, de novo, ser observada ou refeita ou que se possa proceder a colheitas de terra para análises pedológicas ou polínicas.

Em todo o conjunto de acções de protecção que estamos a descrever, cremos ser esta a que se reveste de um carácter mais inovador. Trata-se de um processo relativamente económico, simples, prático e de resultados absolutamente satisfatórios.

4.5 — *Placas interpretativas e informativas*

A Mamoa 1 da Abogalheira encontra-se num dos pontos mais elevados da Serra da Aboboreira (contrafortes da Serra do Marão), em local agreste e despovoado. É, contudo, um local muito frequentado, quer por caçadores, quer por visitantes de fim-de-semana que procuram um local de ar puro, água leve e cristalina e paisagens variadas e deslumbrantes. Os estradões de terra batida que serpenteiam pela serra são um acesso razoável.

Sabe-se que um monumento pré-histórico, do tipo que vimos a referir, é algo de enigmático para muitos daqueles que demandam a serra. Quanto a nós, não basta proteger, é preciso *fazer entender*. E como, em locais assim, cada um será guia de si próprio, decidiram-se os autores pela colocação de um conjunto de placas interpretativas e informativas.

No interior da vedação, em locais considerados apropriados, de que as gravuras dão ideia, foram colocadas sete placas, em alumínio anodizado, com legenda, através das quais se fornecem as indicações que se julgaram minimamente necessárias para se fazer uma *leitura* do monumento, tais como *tipo e ano de escavação, direcção da mesma, finalidade, cronologia aproximada*, local onde se encontra depositado o *espólio* e uma frase de sensibilização para a protecção do nosso património (Fig. 2).

Além desta, colocada junto à porta de acesso, uma outra placa, situada em local central, mostra, em corte, uma reconstituição esquemática do monumento, com legenda simples, através de referências numéricas.

Finalmente, outras placas mais pequenas ficaram a indicar as zonas de escavação, a zona da câmara dolménica e a área não escavada (testemunho).

Aquando da sua colocação, procurou-se estudar a altura e inclinação mais conveniente das placas, de modo a permitirem uma boa leitura, sem causar embaraço à correcta visão do monumento.

O tipo de letra deverá ser concebido tendo em apreço duas características essenciais: simplicidade gráfica e dimensão adequada à distância de leitura exterior.

4.6 — *Placas sinalizadoras*

Estas placas visam, fundamentalmente, guiar os visitantes até ao local exacto, com a presteza necessária, tanto mais necessária quanto é certo que certas zonas da serra, porque despovoadas, não podem fornecer qualquer indicação segura, sendo natural a confusão de quem a visita pela primeira vez.

No caso da Mamoa 1 da Abogalheira, ensaiou-se a colocação de placas em todas as encruzilhadas de caminhos, mas algumas bem depressa foram destruídas. Tentou-se, então, um outro processo. Para o efeito, e sempre que possível, usou-se como suporte gráfico as próprias rochas. Limpas dos líquenes e musgos, em várias se pintou uma indicação simples, em cor branca e tamanho conveniente. Uma seta, a designação do monumento, a distância — eis o que julgamos ser suficiente.

Uma chamada de atenção para a colaboração que os Serviços Florestais, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e Junta Autónoma das Estradas devem prestar, de forma conjugada.

5 — *CONCLUSÃO*

Pelo que fica exposto, pode-se concluir que não há uma fórmula ideal ou absoluta que se possa aplicar de uma forma generalizada à protecção de qualquer tipo de monumentos arqueológicos após as campanhas de escavação. Se é certo que os princípios gerais são comuns, há que estabelecer, em cada caso, o tipo de protecção mais apropriado.

Enquanto as entidades oficiais não assumirem, de forma sistemática, as competências que lhe são inerentes no capítulo de protecção, será o arqueólogo chamado a intervir de forma muito directa. Mas não deverá alijar a responsabilidade dos trabalhos de consolidação e protecção para o empreiteiro ou operários contratados. Esta fase, última de todo um processo, deverá culminar o estudo prévio de tal tipo de acção, que compete, fundamentalmente, ao investigador que, como é bom de ver, poderá solicitar apoio a especialistas, desde que a complexidade da protecção o justifique.

A acção concertada entre o arqueólogo e as entidades competentes é, mais do que nunca, imprescindível⁽³⁾.

(3) A protecção da Mamoa 1 da Abogalheira foi custeada pela Câmara Municipal de Amarante.

As autarquias poderiam destacar, periodicamente, para os monumentos das respectivas jurisdições, brigadas de trabalhadores que se encarregariam de proceder à limpeza da vegetação, cujo crescimento seria travado, pelo menos, uma vez por ano. Os períodos da Primavera ou início de Verão constituem uma boa oportunidade para interessar os jovens, a fim de que ocupem os seus tempos livres numa tarefa salutar, cultural e de integração na comunidade. Estas equipas deverão, porém, ser enquadradas por um responsável qualificado, sob pena de se virem a cometer, ainda que com a melhor das intenções, acções profundamente negativas, de que, de resto, já há exemplos.

Aos pelouros da Cultura das Câmaras Municipais caberá, ainda, a responsabilidade da elaboração e edição de folhetos explicativos, com mapas simples, bem como postais ilustrados dos monumentos a visitar (4).

Resta falar de um aspecto, afinal subjacente a tudo quanto vimos propondo: o civismo. Quanto a nós, ele terá de ser obtido por duas vias: pela sensibilização e pela aplicação da lei. Embora carecendo de actualização, a legislação existe, mas depara-se amiúde com uma grande apatia na sua aplicação, como se o Património fosse coisa de somenos importância.

A sensibilização tem de ser operada através de um movimento colectivo, em que todos se sintam envolvidos. Terão papel a desempenhar as escolas, primárias e secundárias, e, nos meios rurais, impor-se-á a acção directa dos párocos e Juntas de Freguesia. Os Clubes de Caçadores, de Campismo e Montanhismo, bem como os grupos de amadores de Arqueologia, deverão colaborar em campanhas de sensibilização, sendo urgente definir e coordenar as respectivas acções. Enfim, a Imprensa, nomeadamente a imprensa regional, poderia, ciclicamente, planificar campanhas de persuasão, que, por extensão, abrangeriam igualmente a Rádio e, muito principalmente, a Televisão.

Há que tentar evitar a ocorrência de actos de vandalismo que surgem, quantas vezes, sem quaisquer razões aparentes. Um testemunho aqui fica: todo o trabalho e empenho posto na protecção, identificação e sinalização da Mamoá 1 da Abogalheira, de que vimos a falar, foi já, lamentavelmente, marcado por actos de destruição, em vezes sucessivas.

Há todo um longo caminho a percorrer. É bem certo que a revolução das mentalidades é a mais difícil de se operar.

Para reflexão, aqui deixamos um testemunho, tão vivo quanto possível. Que a sistematização que buscamos e os ensaios realizados sirvam para acender o entusiasmo daqueles que, por uma ou outra razão, lhe estão ainda alheios. E que outras propostas surjam. O Património é de todos. E a responsabilidade na sua preservação — também!

(4) Seguindo esta ideia, o GIAN (Grupo de Investigação Arqueológica do Norte) editou, com o subsídio da Câmara Municipal de Amarante, uma série de 9 postais ilustrados com reproduções a cor de outros tantos monumentos daquele concelho, incluindo aquele a que este texto se refere.

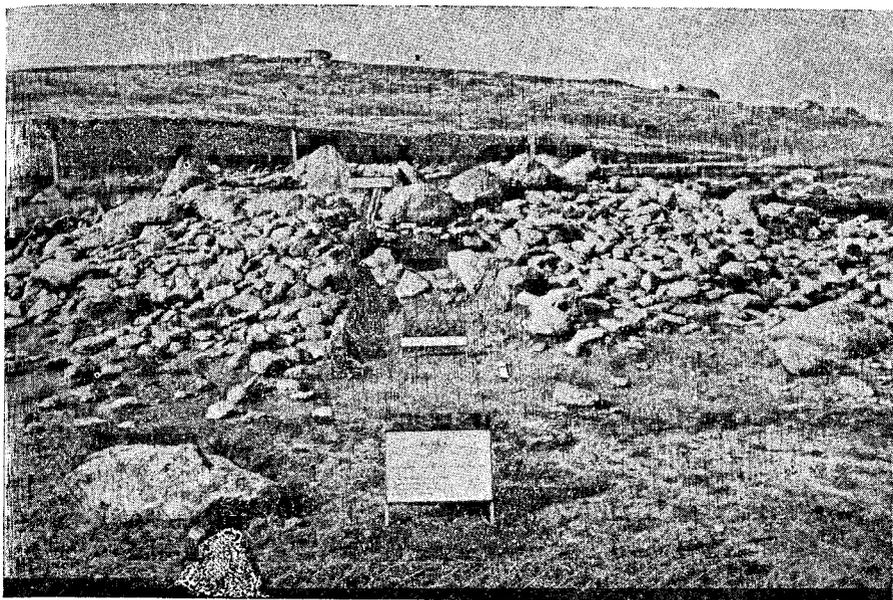


Fig. 1 — *Visão geral do monumento, podendo observar-se o tipo de cercadura, três tipos de placas (a 1.ª representa a mamoa em corte) e o espaço envolvente*

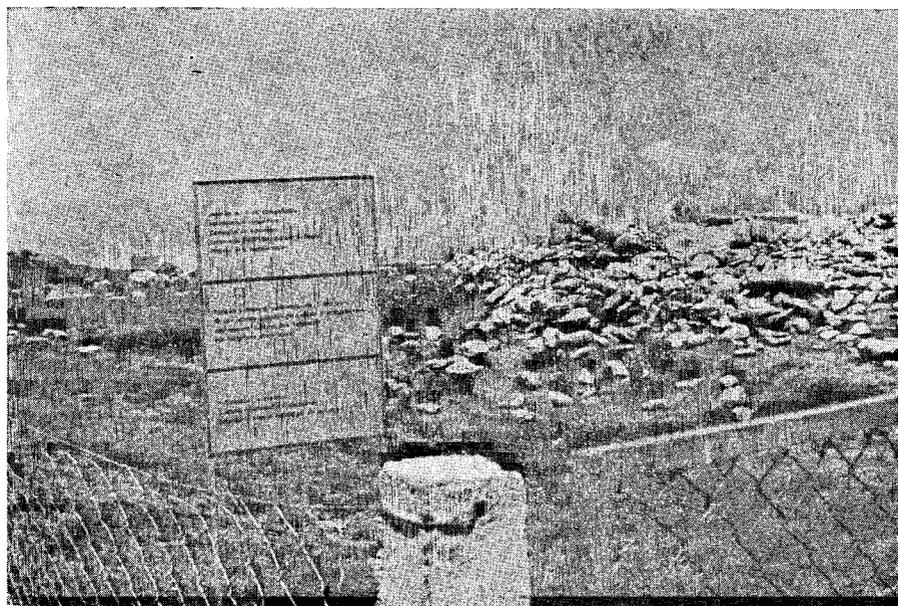


Fig. 2 — *Vista parcial da entrada para o recinto vedado, sendo patente a placa que contém o maior número de informações*

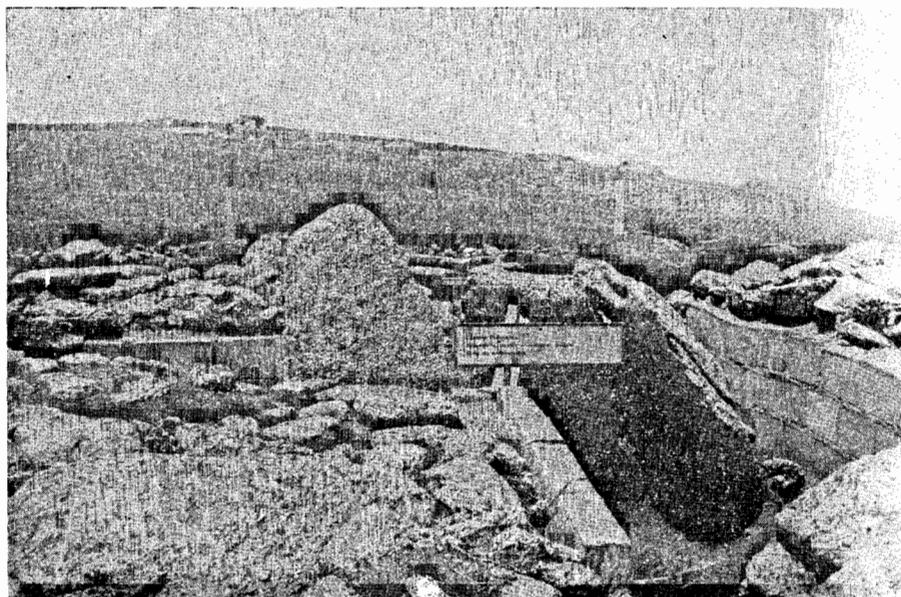


Fig. 3 — A zona da câmara dolmênica, com suporte e placa, sendo bem visíveis os muretes de contenção dos cortes estratigráficos



Fig. 4 — Vista aproximada da placa com a reconstituição esquemática do monumento